

# Recesso não para trabalho da Constituinte

Se a Câmara e o Senado entram em recesso a partir de hoje, a Constituinte tem um extenso programa a cumprir durante o mês de julho, quando, além das reuniões da Comissão de Sistematização, está previsto o início da discussão em primeiro turno, pelo plenário, do anteprojeto da Constituição. E também neste mês que as emendas populares começarão a ser recebidas.

De hoje até o dia 15, haverá sessões plenárias da Assembléia nos dias úteis a partir das 14 horas. Depois do dia 15, quando será encaminhado ao plenário o anteprojeto de Constituição, o número de reuniões diárias poderá subir para três, a fim de que haja mais tempo para o debate dos temas.

O calendário da Comissão de Sistematização prevê que amanhã termina o prazo para recebimento de emendas e discussão, e que no dia seguinte começa o prazo de cinco dias que o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), tem para apresentar seu parecer. No dia 8, serão distribuídos os avulsos do projeto de Constituição, e no dia 9 está marcada a discussão do parecer do relator.

A votação do Projeto de Constituição e emendas, pela Comissão, será feita no dia 10, e no dia seguinte serão distribuídos os avulsos para a redação final. Ainda no dia 11, começa o prazo do relator, que apresentará no dia 13 a redação final, com a distribuição de avulsos. Ela será discutida no dia 14 e votada no dia 15, quando então o projeto será encaminhado ao plenário. A partir daí, durante um mês, poderão ser apresentadas emendas populares.

No dia 1º de agosto, quando a Câmara voltar a se reunir, estarão prontos para serem votados 1.870 projetos. Na Ordem do Dia do Congresso, estão incluídos uma proposta de emenda à Constituição, quinze decretos-leis, seis propostas de delegação legislativa, cinco projetos de resolução e cinco vetos. Aguardam leitura, para o início de tramitação, 123 decretos-leis, 1 proposta de delegação legislativa, 57 vetos e uma proposta de emenda à Constituição. No Senado, deixaram de ser votados no primeiro semestre, dezessete mensagens do Executivo e quinze pedidos de empréstimos formulados por estados e municípios.